

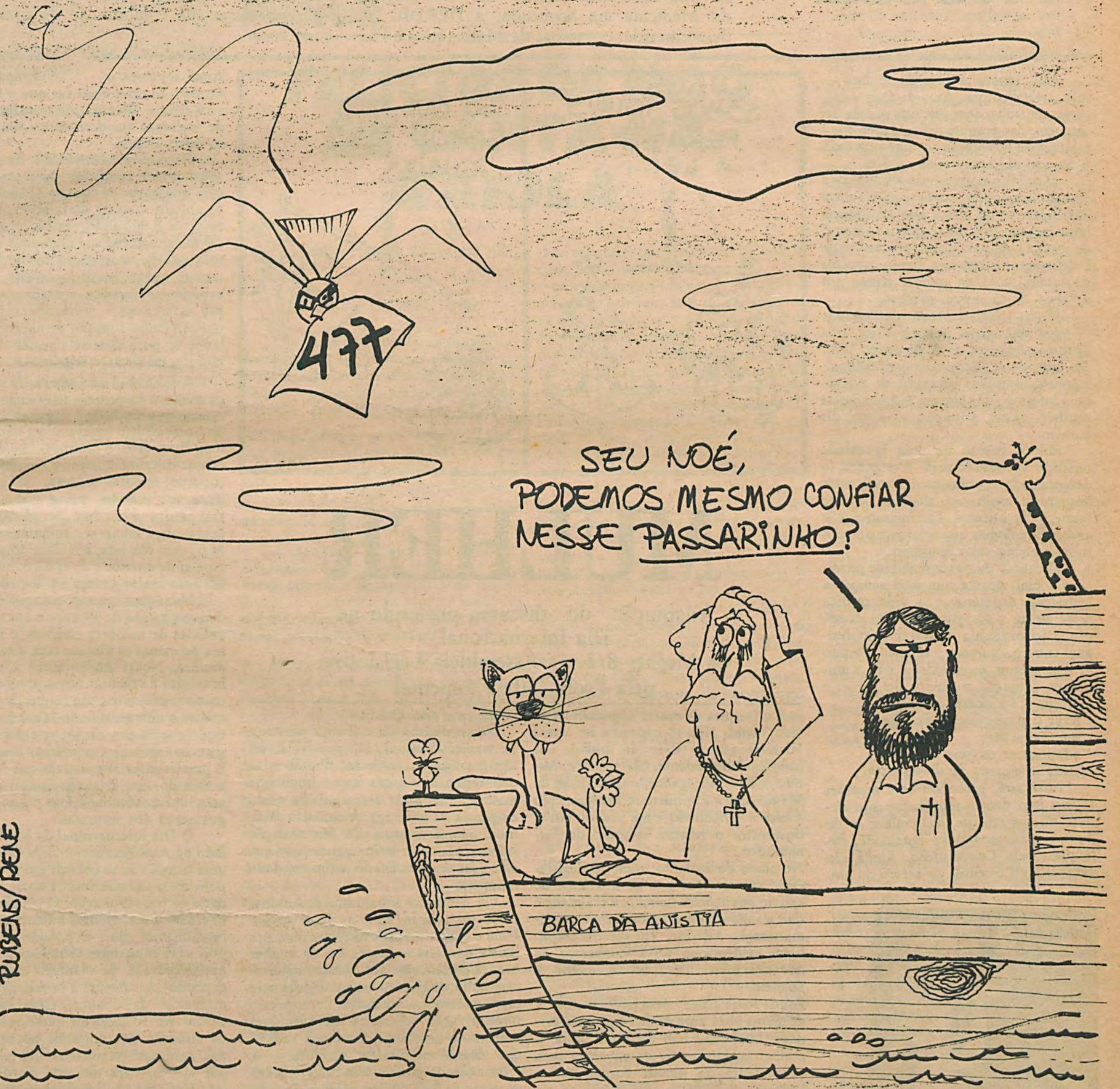
PORANDUBAS

19

“porã’duba; pergunta, notícia”.



Boletim Interno da PUC-São Paulo. Ano III Abril Sala de Comunicação



DOM PAULO EO 477 (pág. 4 e 5)

Editorial

QUAL É A NOSSA

Não ignoro a luta da mulher — mãe, trabalhadora, dona-de-casa — para desempenhar seus diversos papéis. Sei também, das grandes dificuldades que a maioria da população feminina em todo o mundo enfrenta todos os dias.

O privilégio do estudo ajudou-me a alargar horizontes, sentir e sofrer além das barreiras de classe que geralmente impedem um trabalho conjunto em prol da justiça e da paz. Como professora de Direito trago à reflexão alguns aspectos da tarefa atual da mulher frente aos desafios do momento presente.

Nossa Constituição determina: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo" (§ 1º do artigo 153). Ao lado deste preceito constitucional, vigoram inúmeros preceitos de hierarquia inferior que colocam nitidamente a mulher numa situação abaixo do homem.

Sob o manto de uma igualdade jurídica apenas formal, é mantida a desigualdade econômica e social entre homens e mulheres, além de grande número de normas discriminatórias e antigas ideologias que reforçam posição subalterna do sexo feminino.

O exame da nossa realidade jurídica e social mostra que nem sempre a legislação ordinária e a vida prática respeitaram a Constituição. Por exemplo, a lei ordinária dá tratamento desigual entre o homem e a mulher, quando atribui apenas ao marido, e não a ambos os cônjuges, o direito de:

- dirigir a sociedade, o conjunto de
- fixar o domicílio da família
- nomear tutor
- administrar os bens do casal
- decidir em casos de divergência.

Interesses, preconceitos e pressões sociais impedem o reconhecimento efetivo da capacidade da mulher e do direito fundamental de igualdade, defendido pela Constituição. Ainda são excepcionais os casos de acesso da mu-



Sílvia Pimentel



MULHER

Adaptação do discurso proferido no
Dia Internacional
da Mulher, 8/3, na Assembléia Legislativa
pela Profa. Sílvia Pimentel

lher a funções de maior importância na vida social. Não se encontra em nossa História um só caso de mulher nas funções de Presidente, Governador, Ministro, Desembargador, nas carreiras da Magistratura e Ministério Público, cujo acesso é dificultado e até vedado como demonstra o recente episódio de Pernambuco.

No plano do trabalho, apesar da legislação expressa que proíbe diferença de salário por motivo de sexo, a realidade é que a mão-de-obra feminina recebe remuneração inferior. Tal discriminação ficou evidenciada no I Congresso de Metalúrgicas de São Bernardo e Diadema.

Pouca força física e maternidade foram decisivas para uma situação de inferioridade feminina, não havendo para a mulher condições de desenvolver suas capacidades da mesma forma que o homem. Mal deixa de ser criança, ela passa a reprodutora: como, em média, a vida não ia além dos 40 anos, a mulher morria procriando. Aos homens, a função de conquistar o Universo, a tarefa de encontrar a solução para o relacionamento com o mundo. Às mulheres, as tarefas de gerar e criar filhos, cuidar do lar, função esta não menos laboriosa,

rotineira e sem desafios.

Esta divisão de trabalho passou a ser tradição. Embora seja possível haver alguma ligação entre tal divisão e as diferenças biológicas entre homem e mulher, não pode ser admitida como exigência da natureza. A natureza feminina não é a causa de sua situação subalterna; contribuiu apenas para que as coisas tenham ficado assim em dado momento.

A situação subalterna da mulher varia de acordo com a classe social. Uma é a inferioridade histórica da negra ou da operária — outra é a da mulher branca pertencente aos estratos superiores, embora sejam todas envolvidas pela mesma estrutura opressiva. Embora esta inferiorização ocorra há milênios, presenciemos hoje uma mudança radical que deverá ampliar-se no futuro. A integração da mulher tem exigido grande esforço, luta contra preconceitos de uma sociedade patriarcal que a vê, em larga medida, como a "guardiã do lar". Esta luta é também contra os preconceitos e estereótipos que a própria mulher traz em si e que lhe foram inculcados por toda a vida. Atualmente surge um "espírito crítico" que desmistifica estas "verdades absolutas". Desta forma os

ca e a Monte Alegre que pensa que só ela é PUC apenas porque reúne a maioria dos alunos e cursos.

O incentivo, o carinho até, dos leitores ajudaram a gente a crescer. A tiragem aumentou continuamente, até os 10 mil exemplares atuais. Passamos a 8 páginas e impressão em off-set, com mais recursos. Levantamos discussões sobre o Menor Abandonado, cobrimos a invasão de 77, dedicamos números especiais sobre a Cultura do Povo, sobre América Latina, sobre a grande produção artística subterrânea que corre nesta Universidade. Estamos aí, apareça, traga sua colaboração — contamos com você.

condicionamentos ultrapassados através de uma ação em que a mulher será sujeito histórico na transformação da realidade que determinou sua suposta inferioridade.

As múltiplas atividades da mulher atual criam condições de transformação: alteram-se as crenças de base, caem os antigos dogmas da inferioridade necessária. Realizando, realiza-se, aspira a ser mais, percebe sua dignidade e direito. Contudo, a definição dos direitos da mulher surge como oposição a uma experiência jurídica cristalizada. Sempre interessou à sociedade manter a mulher numa situação de alienação valendo-se para isto de normas sociais, morais, jurídicas e religiosas.

A mulher só será sujeito da mudança social e da própria libertação se seu campo de atuação for equivalente ao do homem: isto seguramente não acontece. Permanece o injusto sistema jurídico que discrimina homem e mulher, que concede maiores poderes ao homem enquanto marido, pai e trabalhador. Fica assim a mulher impedida de se desenvolver como ser humano integral. Mas, com sua luta, a mulher amplia seu espaço de direitos e de ação, contribuindo para maior justiça na sociedade.

Num país com população em sua maioria menor de 18 anos e cerca de 25 milhões de menores carentes, o problema do menor se vincula com a causa da mulher. Nossa homenagem à criança brasileira é salientar nossa preocupação com seu presente e seu futuro. É preciso atacar a marginalidade infantil, investindo contra sua causa; este desumano sistema capitalista periférico brasileiro. É preciso criar alternativas que atinjam a raiz do mal evitando limitar-nos ao atendimento do indivíduo ou ao apaziguamento dos sintomas.

O Dia Internacional da Mulher, ao lado do Ano Internacional da Criança, é uma ocasião de se colocar um problema político-social que desafia nossa capacidade de transformação. O problema da liberdade e dos direitos humanos, o mais fundamental para o homem de hoje, pois suas conquistas tecnológicas não o aperfeiçoaram. Se o futuro do mundo depende das soluções à problemática da mulher e da criança, estas soluções devem vir ao lado do questionamento da situação das minorias oprimidas e das maiorias esfaimadas que clamam por justiça. Para nós está claro que a luta feminina no Brasil longe de reproduzir movimentos feministas de países desenvolvidos só contribuirá para o surgimento da nova sociedade se nos unirmos ao coro dos que exigem um processo democrático, com eleições diretas e anistia ampla, geral e irrestrita.

Mulher, tu és oprimida, liberta-te pois é justo!

Se avaliarmos apenas em termos de quantidade de pessoas, o lançamento do Ano Internacional da Criança feito dia 10/3 pelas entidades democráticas não-governamentais, não foi exatamente um sucesso; o TUCA já viu públicos maiores. Contudo, pelo teor das discussões, das moções de mais de 43 entidades, pela presença de deputados (Rui Codo e Goldmann) o evento se afastou das maratonas debilídes e lucrativas que se presenciaram pelo vídeo. Este evento, cujas conclusões endossamos e fazemos questão de ampliar para todos, foi um passo importante por maior justiça e democracia.

CRIANÇA: DISCUSSÃO AMPLA

Dra. Albertina, do Centro Brasileiro dos Estudos de Saúde (CEBES) além de professora de Preventiva em Sorocaba, coordenou o trabalho. Anunciou que até 12 de outubro se pretende encaminhar as soluções concretas para o problema do menor, uma vez que a situação da criança é reflexo de contradições e desorganização da sociedade. "Só rompendo a omissão e o silêncio estaremos construindo uma sociedade mais justa e portanto uma criança mais saudável", acrescentou Dra. Albertina. Assim, pretende-se durante o Ano da Criança fazer discussões com a população, lutar pelas reivindicações da maioria do povo, tornar públicas as formas de exploração da criança, iniciar uma luta pelos direitos da criança. Seguiram-se depoimentos e análises.

FALA O POVO

D. Carmelita, mãe de 6 crianças, moradora de Vista Alegre: "Cheguei do Nordeste faz 13 anos. Através de trabalhos e reuniões vi que os problemas não eram só da minha casa mas de toda a periferia. A criança da classe operária já começa a sofrer desde antes que nasce.

O dinheiro não dá para o leite, o jeito é sobreviver com o leite C. Tranca da com os irmãos num quatinho pequeno ela é contaminada: se houvesse creches, ela poderia viver mais que um ano, resistiria ao sarampo, tuberculose, pneumonia. Se vai para a escola, não fica muito tempo lá. Vai vender limão, fazer carroto. A gente sai para trabalhar e não fica sossegada com a segurança dos filhos: teve criança caindo em poço, morrendo queimada."

Marcelino P. Martins, ex-sapateiro, da Frente Nacional do Trabalho, analisou a situação da educação do menor impedido de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. As firmas grandes, apesar de lugares menos insalubres, impedem o estudo do menor. Assim, ele se vê obrigado a funções insalubres porque as firmas pequenas não impedem que estude. A proximidade do serviço militar é pretexto para a não admissão do menor entre 16 e 18 anos. Desde os 10



Dona Carmelita, de Vista Alegre

MENOR

FELICIDADE NÃO SE CANTA NA GAIOLA

anos a maioria começa a procurar emprego.

OS SOBREVIVENTES

Dra. Gilsélia Oliveira, advogada da família: "São 25 milhões de menores carentes, sobreviventes de uma mortalidade que atinge 100 crianças dentre mil nascidos, antes de competarem um ano.

A CPI do Menor, de 1976, entende que as rápidas transformações sociais são responsáveis pela marginalização do menor. A necessidade de trabalho da mulher retirou-a do lar, onde durante séculos foi educadora.

A meu ver o problema do menor é essencialmente econômico: fome e pobreza causam a desagregação da família. O 1º Congresso da Mulher Paulista colocou como uma das medidas prioritárias a criação de creches."

A seguir, Eva Blay, da Fund. Carlos Chagas analisou a situação da miséria do trabalhador. Os dados oficiais do Governo do Estado mostram uma defasagem de 1 milhão e 700 mil habitações. 130 mil pessoas moram em cortiços e 600 mil são favelados, em sua maioria trabalhadores não-especializados, recebendo menos que 2 salários-mínimos. Assim, é preciso exigir condições mínimas de sobrevivência: torneiras comuns nas favelas, esgoto, luz. Não se justifica um banco financiar casas insalubres como as da COHAB. Por isso, o hospital é o segundo lar da criança.

MORTALIDADE INFANTIL

Dr. Gabriel Oselca, pediatra: "O índice de mortalidade infantil é o que melhor define a situação de saúde do brasileiro. O que é a mortalidade infantil? É o número de crianças que morre com menos de um ano, dentre mil nascidos vivos. Neste período são definidas duas fases características: — a fase que vai até os primeiros 28 dias de vida. As causas de morte nesse tempo são mal conhecidas pela ciência, decorrem de má-formação do aparelho cardiovascular ou respiratório. Aqui é que se concentra a mortalidade nos países desenvolvidos. Nos Estados Unidos o índice de mortalidade é de 15 por mil, sendo o óbito no primeiro mês — supe-

rada esta fase, há quase total probabilidade de sobrevivência.

— o segundo período vai de um mês até o fim do primeiro ano. A mortalidade aqui se deve a doenças infecto-contagiosas do aparelho digestivo (diarreias) ou respiratório (pneumonia). Esta situação é devida às condições de vida dos países subdesenvolvidos. Cito apenas os dados oficiais relativos a S. Paulo, cuja situação é melhor que no resto do país. Comparando com dados de 1961 o índice era de 60,2 óbitos para cada mil nascidos vivos. Em 1978 o índice foi de 69,7. Se é verdade que o país apresentou um "milagre econômico", este índice de mortalidade, internacionalmente reconhecido, mostra que as condições de vida da população pioraram. No resto do país o índice varia de 100 a 110 óbitos.

A solução para esse problema é muito pouco médica; ela depende de uma intervenção política, de se melhorarem as condições de vida do povo como um todo. Resta a nós, médicos, denunciar o aumento da mortalidade nos últimos anos".

ANISTIA

Foram feitas duas moções por movimentos pela Anistia. Norma do Vale, pelo Mov. Feminino: "No Brasil temos 30 milhões de analfabetos e por outro lado um grande educador afastado do País, Paulo Freire, criador de um método revolucionário de 8 semanas de alfabetização e conscientização. Defendemos a volta deste ilustre cientista, que ajudaria a mudar a triste realidade do analfabetismo no Brasil".

O CBA-SP lançou o protesto contra a discriminação contra filhos de exilados, contra a tortura de crianças submetidas à humilhação de verem seus pais torturados, enfrentando semanalmente a repressão, revistadas antes das visitas.

PERSPECTIVA JURÍDICA

José Gregori, advogado, professor da PUCSP, da Comissão Justiça e Paz: A partir de 5 anos de experiência na CJP, "verdadeiro ambulatório dos direitos humanos" chegou à conclusão de que todos os problemas de Direitos Humanos estão ligados: todos são subproduto de uma sociedade mal organizada." A Constituição que temos, prosseguiu, outorgada por uma junta militar, em 1969

- quase 20 anos após a Declaração dos Direitos da Criança - não fala uma vez no nome 'criança'. Em seu lugar é usada uma expressão antiquada e fora de técnica: 'infância', no momento em que se promete uma lei especial sobre a maternidade, a infância e a educação de excepcionais. O problema da criança é colocado numa perspectiva assistencialista, numa subsecção de um subcapítulo. A visão da Declaração dos Direitos da Criança - pelo contrário - é aberta, colocando o problema dentro da situação global das sociedades. Nesta declaração afirma-se que a criança tem direito a uma nacionalidade, a um nome. Pois oito meses atrás a Comissão Justiça e Paz precisava ameaçar de processo as autoridades, porque negavam registro a filhos de exilados brasileiros.

Enquanto isso, a Constituição afirma que todos somos responsáveis pela Segurança Nacional, enquanto que certo seria o contrário: a Segurança Nacional é que é responsável por todos nós, especialmente pela criança. Enquanto não se mudar a perspectiva do problema, a calda do pudim será adocicada mas este se manterá íntegro, e amargo. Nas declarações do novo governo, espécie de Suma Teológica do novo pontífice armado e fardado, não há uma linha para o problema da criança. Que milagre foi esse que multiplicou os peixes para as mesmas bocas? Falta sim o milagreiro para encher as panelas: para isto é preciso primeiro ter a democracia no coração como perspectiva política.

Em outubro, as entidades farão um congresso sobre o problema da criança, globalmente considerado, a criança injustiçada e a aquinhoadas. O que se pode fazer agora é a conscientização para que nasça a indignação e desta surja uma ação transformadora deste país."

CRIANÇA E DEMOCRACIA

Brás de Araújo sintetizou as colocações anteriores do ponto de vista da questão da democracia no País, "para que a economia não privilegie uns poucos, criando-se participação política e representação de todas as tendências do País." "Os artífices das leis, prosseguem, sempre procuraram excluir os artífices do desenvolvimento. Os caminhos dos trabalhadores nos levam a enfrentar mais confiantemente os desafios da própria sociedade. O encaminhamento das soluções discutidas até agora, vai na direção da democracia que criará condições para a definição da sociedade brasileira."

A VOZ DOS PEQUENOS

Regina Estela Pires fez uma pesquisa com os filhos das participantes do Congresso da Mulher Paulista. "O que vocês esperam no Ano Internacional da Criança?" O que saiu foi mais ou menos o seguinte: "área de lazer com piscina e brinquedos; o governo devia tratar melhor das crianças pois nem parece que é o Ano da Criança; tratar melhor é dar creches nos bairros; abaixar a poluição de carro, caminhão, fábrica; abaixar o preço da condução, aumentar o salário dos operários; dar terreno para os operários fazerem casas de tijolos; dentista bom para todos; aumentar o salário dos professores, assistência médica para ninguém nascer morto e não como essa porcaria de INPS".

Para finalizar, foram feitas colocações de Terezinha Zerbini que criticou o abuso da imagem da criança feito na posse do gen. Figueiredo, que se fez chamar Tio João. Também o deputado Rui Codo historiou as CPIs do Problema Carcerário e do Menor Abandonado, iniciativa parlamentar sua.

DOM PAULO

Não foi muito fácil conseguir esta entrevista.

Primeiro, a viagem para a Alemanha

Se a gente perdesse o dia, viria a vez da Assembléia de Itaici. Graças ao Pe. Gandolfo conseguimos uma horinha, espremida entre o Cônsul alemão, o Prefeito de S. Bernardo e Mário Carvalho de Jesus. Contudo, o Grão Chanceler da PUC mostrou que está por dentro de nossa realidade e tem o que dizer.

OPERÁRIOS NA UNIVERSIDADE

Porandubas: Como entende a missão da Universidade Católica?

D. Paulo: Entendo-a como uma organização que deve fornecer preparo profissional de boa categoria para cumprir uma missão especial. Ela também deve, diante de um capitalismo e socialismo cansados, preparar uma nova síntese da sociedade, perspectiva, um novo caminho para a cidade e para a sociedade no sentido dos movimentos democráticos. Em segundo lugar eu imagino, e esse é meu grande lugar, a Universidade a serviço do povo. Que ela não só lute para que haja justiça social, para que o povo participe dela, mas que os filhos do povo também cheguem a entrar na Universidade. Que ela seja para o povo, mas também seja do povo. Agora, isto é uma caminhada, se que isso não pode ser feito dentro das atuais circunstâncias em que a Universidade tem que pagar-se a si mesma. Não podemos ver este sonho de uma hora para a outra, pois isto depende de tantas outras mudanças de instituições diferentes.

Porandubas: Mas enquanto isso, há um meio caminho ainda a ser feito, a Universidade participar da vida do povo.

D. Paulo: É isto que nós temos conseguido. Em parte a Universidade está sendo órgão de escuta do povo, ela está passando um tempo mais prolongado com o povo: universitários passam sábados inteiros, um domingo inteiro, vivendo por exemplo o problema dos loteamentos clandestinos. Não tenho nenhum receio de pedir demais à Universidade, porque ela é a instituição que mais pode e deve dar à sociedade.

NOVAS FORMAS DE GESTÃO

Porandubas: O senhor é muito citado sobre as novas formas de gestão que o senhor pretendia que a PUC tivesse.



Zenetti Foto

D. Paulo: Eu insistia na ocasião da posse da Reitoria atual, e sempre foi o meu propósito, que a Universidade existe para a juventude e que ela, junto com os mestres, os quais são o que a juventude tem de mais ideal, os mestres são a própria juventude realizada — que em conjunto fizessem a gestão junto com os funcionários. Eu disse naquela ocasião, para valer: a Universidade é sua. Mas não me voltem a toda hora para eu tomar iniciativas, não me voltem para eu solucionar questões de diploma ou financeiras, de administração ou outras. Procurem o seu caminho que vocês vão ter todo o apoio. Minha missão é de dar os critérios, favorecer a formação do espírito comunitário e cristão dentro da Universidade, fazer com que ela cumpra sua missão também dentro do campo da liberdade cristã. Continuo hoje com a mesma idéia da gestão comum e de que ela é possível, mas não vamos ser ingênuos, passando de uma hora para a outra a uma forma de instituição que poderia comprometer os resultados. É preciso que haja uma evolução constante.

DINHEIRO

Porandubas: Como é o problema financeiro das PUCs citado na ABESC?

D. Paulo: A Universidade é sempre uma instituição muito cara. Em todos os países é assim. Para resolver esta situação há vários caminhos: das fundações, com a ajuda de ex-alunos de modo que o estudo não onere demais os estudantes; há possibilidades também de o Estado patrocinar a Universidade, e há afinal a possibilidade de o Estado financiar o estudo e o aluno depois restituir a soma gasta. O fato é que não se faz uma Universidade sem um investimento altamente rentável — para o futuro — mas não deve ser para que o estudante depois venha a ganhar muito só para si. A Universidade é para toda a sociedade.

Porandubas: Como é a sua presença na PUC?

D. Paulo: Desde que me formei eu sempre fui professor na Universidade. Mas também trabalhava nos morros: estas duas universidades se completavam. O mesmo desejei e estou fazendo em São Paulo: trabalho na periferia e mantenho sempre o contato com a Reitoria e tudo o que se passa na Universidade mas pensando que as duas universidades devem se completar para todos. Se a Universidade não estiver na periferia não estará cumprindo sua missão. É claro que na parte da administração, na parte acadêmica, vocês têm autonomia quase completa. Quem ocupa os cargos são as pessoas mais indicadas e mais competentes e só posso agradecer aos estudantes por terem entendido o intuito desta Reitoria.

Porandubas: Qual é o papel da mantenedora?

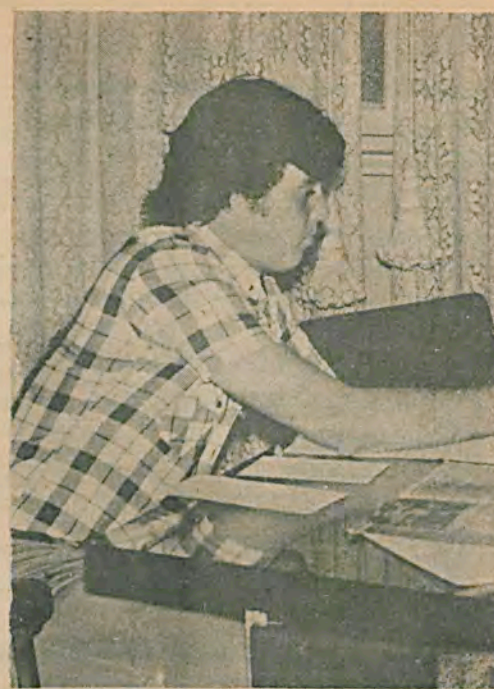
D. Paulo: A mantenedora deu à Universidade o que poucas mantenedoras podem dar: um lugar privilegiado, no centro da cidade e praticamente tudo gratuito porque já existia a construção. Nos primeiros anos, para completar a construção, os bispos de todo o Estado de São Paulo renunciaram a toda contribuição para crisma, e todos os sacramentos e enviaram tudo canalizado para a Universidade. Esse período evidentemente passou. Hoje o que a Igreja pode economizar deve ir para as periferias, para construir centros comunitários onde eles possam se organizar e retomar a história na mão. A Universidade não deve esperar da Igreja nenhum apoio financeiro daqui para o futuro. Agora, pode esperar todo apoio moral, toda a possibilidade de se reagruparem pessoas do mesmo ideal através do apelo da Igreja. Mas canalizar recursos para dentro da Universidade seria tirar dos pobres mais pobres aquilo que a eles é destinado pela própria situação histórica.

Quando cheguei a São Paulo e depois que a própria cidade decidiu que a periferia fosse nossa constante preocupação, eu expus esta situação para os estudantes e professores, numa noite memorável para mim, porque eles compreenderam que os bens da Igreja são para os pobres. Cada semana, sem falhar uma só, construímos ao menos um centro comunitário na periferia. Isto para a Universidade seria pouquíssimo dinheiro e para a periferia é uma possibilidade de se reunirem 5 até 8 mil pessoas.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Porandubas: O que senhor acha do Movimento Estudantil?

D. Paulo: De fato, o Movimento Estudantil oscila muito. Em certa hora imaginávamos que o estudante se interessasse apenas pelo canudo e isso nos desanimou muito. Nós vínhamos servindo a uma classe que daqui a pouco



iria pisar em cima daqueles que nos foram confiados em primeiro lugar, numa atitude bastante materialista. Mesmo que tecnicamente perfeita, a Universidade seria um Brasil separado. Desde o ano retrasado surgiu uma participação dos estudantes nos problemas do menor abandonado, do homem da rua, lembro um simpósio para Psicologia para o homem da periferia etc. O que mais me animou foi quando o Departamento Jurídico do Centro Acadêmico foi trabalhar na periferia. Já ouvi dizer que se aliaram a eles psicólogos, médicos e gente de outras áreas que iriam completar o trabalho. Acredito que só em contato com a vida, os estudantes vão ser políticos de fato e não serão políticos no sonho. Acho que a Universidade deve preparar os homens para serem políticos e, por isso, a discussão deve ser feita teoricamente em classe e na prática, no exercício fora da classe.

ASSOCIAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES

Porandubas: Como vê as associações de professores, de funcionários que existem na PUC?

D. Paulo: As sociedades intermediárias são indispensáveis para o funcionamento de uma entidade maior. Este princípio foi reafirmado em Puebla. As sociedades subsidiárias como sindicatos e

MEMÓRIA

FOLHA **Ilustrada**

Sábado, 2 de julho de 1977

Porandubas: o velho sonho de D. Paulo Arns



Porandubas, em tupi, significa pergunta, notícia, informação, relação.

Porandubas, no meio universitário paulista, está representando tudo isso mais a concretização de um velho projeto inspirado por D. Paulo Evaristo Arns: a PUC — de quem ele é o Grão Chanceler — transformando-se numa instituição que aprofunda o conhecimento dos problemas populares ao mesmo tempo em que espalha suas análises e explicações.

Com uma tiragem de 2.300 exemplares, o órgão oficial da Reitoria da PUC, no seu 3.º número, reúne as resenhas e críticas do "Simpósio sobre Cultura do Povo", realizado em maio pelo Instituto de Estudos Especiais e pelo Centro de Estudos da Cultura Contemporânea — e reafirma a crença de que está surgindo um profundo e generoso Movimento Universitário.

Sergio Gomes



foto Zaietti

PUC de São Paulo, um homem de maior mérito entre toda essa gente. Eu veria 3 fases da PUC: — na primeira fase a PUC foi família, em que todo mundo se apoiava e se conhecia. A PUC era um lugar de encontro em que professores e alunos construíam juntos. Essa fase deu muita esperança, com essa gente abrindo possibilidades de um Brasil muito grande e muito novo e — curioso — formou uma liderança de muita resistência. — Uma segunda fase um pouco esquisita, em que a PUC cresceu e não sabia bem mais o que queria. Fase um pouco irrequieta em todos os sentidos em que professores eram contratados sem se conhecerem uns aos outros em que começou um pluralismo característico de toda Universidade. Por isso foi uma época também muito rica, de correspondência e um novo tempo, de muito mais

técnica. Parece-me que a PUC se prejudicou um pouco perdendo algo de sua identidade e talvez não sabendo bem entrar nas duas linhas: a do amor e a da construção de uma nova sociedade. Talvez ela tenha inchado um pouco. — Agora chega uma terceira fase. Faz alguns anos, peço que não aumentem o número mas a qualidade. E que se insista, sobretudo no Pós-Graduação, no homem e na convivência humana. Eu gostaria que essa fase fosse de autogestão, de participação total, de discussão aberta. A única coisa que a Igreja gostaria é que a PUC conservasse seu coração. Coração voltado para o que Cristo deu a sua vida — o homem, e o homem mais pobre que ele tenha esperança: Esta fase me parece que vai amadurecer mais lentamente mas me parece que está na hora de a PUC assumir sua missão de Universidade livre e católica.

UNIVERSIDADES CATÓLICAS VÃO OU RACHAM?

Em reunião recente os Reitores das Católicas alertam que a curto ou médio prazo podem cerrar as portas, se faltar apoio do Governo.

Os reitores das Universidades Católicas reuniram-se dias 29 e 30 de março em Belo Horizonte, por convocação da ABESC (Ass. Bras. de Escolas Superiores Católicas). Discutiram a situação, principalmente financeira, das instituições que dirigem. Ao final lançaram um comunicado e pretendem elaborar um relatório detalhado sobre a situação de cada escola a ser apresentado possivelmente em maio ao general Batista de Figueiredo. Neste relatório serão levantadas alternativas de solução.

O COMUNICADO

A partir do relato de cada instituição, passou-se ao exame do eventual risco de inviabilidade das Universidades Católicas. Este risco é atribuído à característica das Católicas de buscarem criar autênticas instituições universitárias chegando a manter cursos deficitários mas importantes do ponto de vista sócio-cultural, além de programas de pesquisa e extensão, dispendiosos e sem retorno financeiro. O comunicado continua, esclarecendo que na época da sua fundação as Univ. Católicas chegaram a receber apoio financeiro superior a 50%. Este índice caiu gradativamente para os atuais 5% até 0,5%.

Para as Univ. Católicas, o ônus imposto aos estudantes alcançou situações-limite. A situação atual discrimina entre a minoria beneficiária do ensino oficial gratuito e a grande maioria que custeia sua formação universitária. O apoio financeiro ao ensino privado é consagrado pela própria Constituição. Contudo, este apoio é insignificante e incerto, oferecido a projetos cuja continuidade fica à mercê da boa-vontade dos Governantes do momento.

Ameaça de mediocridade, desativação a prazo curto ou médio e até o melancólico fechamento; eis o que as Univ. Católicas antevêm como seu futuro. Este vazio social deixará 20% da população universitária sem atendimento.

Definem as Univ. Católicas sua missão como uma exigência da consciência cristã que promove a justiça e serve a humanidade mediante o pluralismo cultural, a liberdade de consciência e o respeito à pessoa.

O comunicado dos Reitores vem como um alerta à opinião pública e às autoridades. Sem reconhecimento efetivo do Poder Público as Católicas não podem mais prosseguir em seu serviço à comunidade. Perante o inevitável, as Católicas pretendem uma definição das autoridades, confiando que não ficarão insensíveis a seus problemas.

DECRETO-LEI 477

“Será que o 477 foi um sol no firmamento da Revolução? Foi uma estrela no céu? O que foi o 477?” Estas indagações de D. Paulo, expressas em sua entrevista aí do lado, de certa forma são respondidas por esta pesquisa que ele mesmo encomendou à Sala de Comunicação-PUC

26//1969-Decretado o decreto-lei 477

— Folha, 10/10/73: Passarinho renunciaria a ministro se a punição a estudante que reivindicou uma passarela diante da faculdade do Rio fosse verdadeira.

— FSP 16/10/73: Passarinho anula 8 processos em Goiás.

— ESP 26/10/73: Passarinho informa que em 69 houve 215 punições. Quando esteve no MEC, o 477 foi usado 38 vezes e “desclassificado” (não aceito) 54 vezes. O decreto-lei foi aplicado 6 vezes em 1973. Estas informações se deram no âmbito de um debate na comissão de Educação da Câmara, com Lisâneas Maciel.

— ESP 5/12/73: Houve tentativa de CPI sobre o 477 por iniciativa de Aldo Fagundes, líder da bancada do MDB. Contudo desistiu ao ver que não teria as assinaturas suficientes.

—ESP 4/5/74: De 1969 a 1974, 245 estudantes e professores foram enquadrados. Durante o gov. Costa e Silva houve 190 punições e 55 durante o gov. Médici. Em SP foram 6 punições durante C.Silva (1 secundarista incluído). Do total 229 eram universitários, 1 funcionário e 3 professores (aí não se incluem os que foram aposentados pelo AI-5)

—ESP 25/5/74: “O 477 pode ser nocivo na medida em que certas autoridades universitárias quiserem ser mais realistas que o rei. Em 4 anos apareceram 96 casos dos quais foram aplicadas apenas 40 punições” (Passarinho).

— ESP 28/5/74: Ney Braga considera inoportuna a revisão do 477

— ESP 29/6/74: Ulisses Guimarães declara fundamental sua revogação pois é uma ameaça à vida universitária do País, tanto para estudantes como para professores.

— JT 10/9/74: Passarinho aplicou umas “das-mais drásticas, mais desumanas leis do mundo de todos os tempos da História Legislativa” (palavras de Paulo Brossard)

— FSP 8/10/74: Neste dia foi suspenso o mandato e impedidas as atividades do Diretório Acadêmico, enquadrando-o no artigo 3 do decreto, aplicado contra Antônio Carlos de Liz Stefren em Lages, SC.

— FSP 8/10/74: Ney defende 477 em Curitiba como um “instrumento de segurança, traqüilidade e ordem”.

— FSP- 11/10/74: Ameaça a Ant. Carlos Stefren por defender no discurso de posse do D.A. a participação cultural e política do estudante.

— FSP 31/12/1974: Ney declara não ter aplicado o 477 nenhuma vez.

— ESP 22/3/75: Passarinho não comparece dia 21/3 à PUCSP diante dos protestos dos estudantes contra a sua presença. Fora convidado para debate pelo Centro Acadêmico de Direito.

— JT 8/4/75: Foi feito um plebiscito na USP, com início dia 23/4/75 acerca do 477. A ocasião próxima foi próxima a prisão de Ricardo Oscar Komori, Evandir Vaz de Lima e Armando Frontini, presos em julho de 1974 por imprimirem, panfletos subversivos e soltos 50 dias depois por falta de provas.

— ESP 24/4/75: Tentativas parlamentares de revogação:

— 1970: Pedroso Horta, propunha revogação — 1971: J. G. de Araújo Jorge, propunha alterações

— 1971: Néelson Carneiro, propunha revogação.

— ESP 26/4/75: 95% dos votantes da USP são contra o 477. Os votos somaram um total de 70% dos alunos da USP. Odecir Kleim, do MDB-RS propõe a revogação do decreto dia 23/4/75.

— FSP 2/5/75: O plebiscito da USP soma 10 mil votos contra o 477. Celso Matsuda pronuncia-se contra o decreto na Câmara.

— ESP 18/5/75: Passarinho não é aceito na UNB devido a protesto. O mesmo tipo de “boicote” feito no Rio (UFRJ) e na PUCSP.

—FSP 15/2/78: Juarez José Gomez, punido com base no 477 no início de 1977. Universidade Rural de Pernambuco.

— FSP 16/6/78: Segundo Euro Brandão, a não-aplicação do 477 durante tanto tempo “faz crer que aquele diploma não esteja atualizado”.

— FSP 17/5/78: Lafayette Pondé, Presidente do Cons. Fed. Educação: “O 477 é dispositivo que não tem razões de aplicação e pode ser perfeitamente reexaminado”.

— ESP 17/5/78: Celso Matsuda, da ARENA, faz moção contra o 477, aprovada pela Câmara dos Vereadores.

— ESP 14/5/78: Ney Braga expulsou alunos da UnB aplicando a LSN.

— JB 20/2/79: Passarinho aceita revogação do 477 como consequência automática do fim do AI-5.

associações não só estabelecem o diálogo com a direção mas com outros segmentos da sociedade: que essas associações nunca sejam isoladas, fechadas nas reivindicações de seus filiados, fechadas para o resto da sociedade. Se isso acontecer, em breve seus participantes tornam-se inimigos entre si e destroem a entidade. Assim, as entidades devem considerar dois aspectos: o que compete aos associados e também o que é comum de todos, à própria Universidade e à sociedade.

Porandubas: Como Puebla entendeu a Universidade?

D. Paulo: Não acredito que Puebla tenha acrescentado ao que Buga já disse: à Universidade cabe preparar os profissionais e colocar os estudantes em contato profundo e duradouro com o povo. Outra meta da ação da Igreja é levar em conta o jovem, em tudo o que faz canalizando seu entusiasmo e suas aptidões para uma ação construtiva. A opção inicial em Puebla foi pelos pobres e pelos jovens.

477

Porandubas: Como foi o episódio do 477?

D. Paulo: Declarei ultimamente que os esforços pela Anistia não esquecessem os professores despedidos, os universitários prejudicados, como também os bancários: eles foram muito esquecidos. Depois dessas declarações me enviaram de Brasília um artigo do senador Jarbas Passarinho, ex-ministro da Educação, dizendo que d. Paulo tinha sido vítima, que d. Paulo era um homem ingênuo, acabou sendo ridículo — usou a palavra “ridículo” — no dizer que o 477 tinha feito vítimas. Não fez vítima nenhuma. Então pedi à Universidade Católica que analisasse os efeitos do 477, se ele foi um sol no nosso firmamento, se foi uma estrela no céu da Revolução; o que o 477 foi? Agora verifico que o decreto foi muito mais cruel do que se imaginava. Isto eu gostaria que vocês publicassem, já que é o jornal da Universidade. Enviaremos também uma resposta respeitosa ao ex-ministro da Educação, para dizer da resposta que a Universidade dá em nome de D.Paulo.

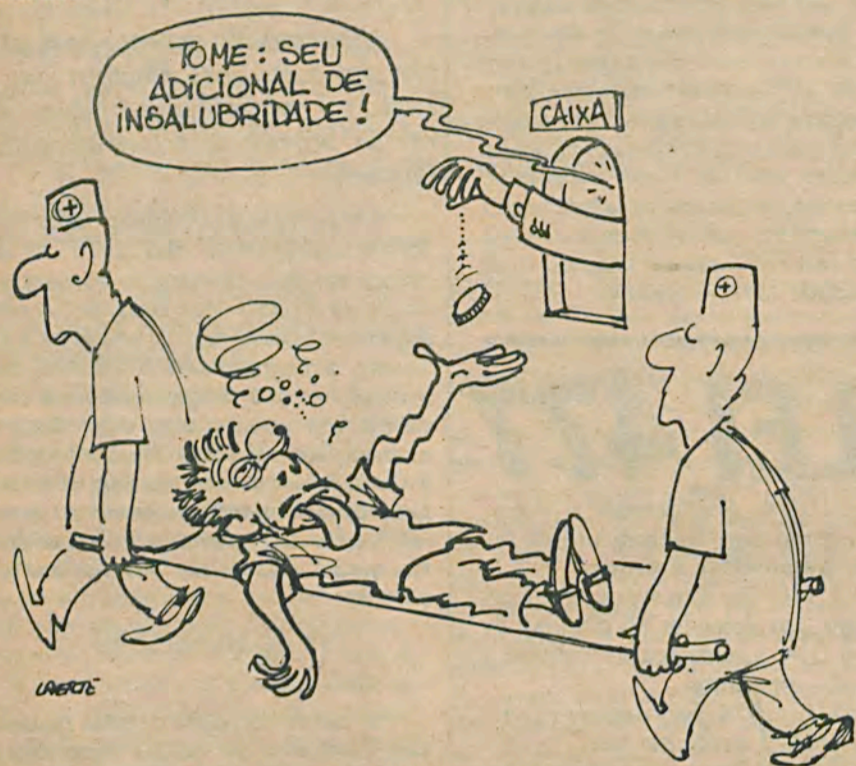
HISTÓRIA CRÍTICA

Porandubas: Estamos interessados na história da PUC. Existe até um projeto em andamento. Que linha-de-força o senhor veria neste sentido?

D.Paulo: Gostaria que vocês consultassem monsenhor Enzo, um dos iniciadores e a meu ver um dos grande heróis da

ACIDENTES DE TRABALHO

Márcia Regina da Costa defendeu tese sobre este assunto nitidamente brasileiro. Aqui conta a história de uma de suas entrevistadas.



UM MILHÃO E MEIO DE ACIDENTES

Segundo dados oficiais, de um total de 18.500.000 de segurados do INPS, ocorreram em 1978 aproximadamente 1.564.380 acidentes do trabalho no Brasil. Isto corresponde a 8,45% de operários acidentados em relação à massa dos segurados. A primeira vista as cifras parecem elevadas: elas são mesmo contestadas por vários especialistas que afirmam serem irrealistas estes números pois não refletem a totalidade dos acidentes. A base das críticas é que os dados são fornecidos pelo próprio governo e que não existe outra fonte de informações que permitisse comparação.

O que interessa basicamente ao capital é o consumo da força de trabalho do operário dentro do processo produtivo. A produção não é organizada com a preocupação de atender aos interesses e bem-estar do operário. Ao capital interessa extrair a mais-valia e incrementar sua valorização e acumulação. A humanidade do trabalhador desaparece: sua função é acionar a máquina capitalista. Assim, a preocupação com a segurança e bem-estar do operário vem no máximo em segundo lugar.

MARIA DE LOURDES, ACIDENTADA

Para o capital, a vida e as histórias individuais de cada trabalhador tem importância quando muito circunstancial. Talvez para nós elas possam trazer elementos interessantes, para entendermos o acidente de trabalho. Por isso apresentamos a história de Maria de Lourdes, operária, solteira, 19 anos, semi-alfabetizada, natural do interior do Piauí e arrimo de família.

Obrigada a migrar de sua terra devido à seca, dirigiu-se a São Paulo para trabalhar e sustentar a mãe viúva e 6 irmãos menores. Queria ocupar-se com qualquer coisa que desse dinheiro. Depois de alguns percalços, empregou-se numa metalúrgica, onde foi operar uma prensa depois de algumas explicações sobre seu funcionamento.

Embora opere normalmente a máquina, em sua carteira de trabalho é registrada como aprendiz de prensista, o que lhe proporciona um salário mais baixo que o do prensista. Maria de Lourdes operava a prensa por 12 horas, de segunda a sábado, sendo 4 horas-extras, sem as mínimas condições de segurança e tendo que dar o máximo de intensidade ao trabalho. Como era de se esperar, após 11 dias de emprego e pouco antes do término da jornada de 12 horas de trabalho, sofreu um acidente onde perdeu praticamente a mão direita.

Maria de Lourdes sabia que a máquina era muito perigosa, bastando "encostar a mão" no comando para ela funcionar. Contudo aceitava tudo isso com resignação e impotência: "É perigoso cortar a mão, mas eu não ligo, fazer o quê? Estou a fim de trabalhar. Eu vim do Norte até aqui, o negócio é trabalhar mesmo." Maria de Lourdes, em fase de tratamento e recuperação pela Previdência Social, já sabia que seria demitida assim que recebesse alta médica: existem inúmeros operários dispostos a trabalhar pelo mesmo tempo, mesmo salário mas com a vantagem de ter a mão inteira.

Maria de Lourdes não sabia como sustentar a família. As chances de novo emprego eram reduzidas. O auxílio que receberia do INPS era um auxílio-acidente vitalício, de aproximadamente 40% do salário que recebia no dia do seu acidente. O resto, será problema seu. Ela fará parte de um grande contingente de indivíduos em graus variados de invalidez que tentam encontrar uma forma de se empregarem. O operário que sofreu acidente e que tem passagens pela Previdência é olhado com desconfiança, considerado "inadaptado ao trabalho", "encostador" ou simplesmente "rato do INPS".

Tais histórias são comuns entre os acidentados, cuja força de trabalho foi consumida para valorizar o capital. Quanto piores forem as condições de vida e de trabalho dos operários, o número de acidentes de trabalho aumentará e se manterá em níveis elevados.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS DISTÚRBIOS DA COMUNICAÇÃO

(José Geraldo Silveira Bueno — Diretor Geral)

A DERDIC, apesar do trabalho de atendimento, principalmente ao menor carente e da pesquisa de alto nível, é quase desconhecida no resto da PUC.

Sempre que encontro professores e alunos da PUC, que não estão ligados à área de Distúrbios de Comunicação, sinto que eles encaram a DERDIC como um quisto, como um elefante branco que caiu do céu (ou será do inferno?), que dá muito déficit à PUC. A DERDIC faria um trabalho isolado, desconhecido da maioria.

Para nós, que trabalhamos nesta Divisão há muitos anos, esta falta de informação e de valorização chateia e revolta. Mas sabemos também que parte deste desconhecimento se deve aos que aqui trabalhamos, já que não conseguimos nos fazer presentes na PUC.

A DERDIC incorporou-se à PUC em junho de 1969. Iria tornar-se um Centro Universitário de Reabilitação e Educação, que atenderia a indivíduos com problemas de fala, audição, voz e linguagem. Este atendimento contribuiria para a formação e especialização de profissionais além de desenvolver técnicas de trabalho. Nesse 10 anos de PUC, os profissionais se esmeraram

por tornar a DERDIC um centro "modelo". Sem falsa modéstia, conseguimos reconhecimento nacional, através de órgãos públicos, como o Centro Nacional de Educação Especial do MEC, da grande maioria das Secretarias da Educação dos Estados e de hospitais e clínicas de todo o Brasil. Somos convidados a participar de congressos, conferências e cursos, o que demonstra o nosso papel no campo dos problemas de audição e linguagem.

Mas, estranhamente, não conseguimos ainda nos integrar às atividades acadêmicas da PUC, exceto os cursos específicos de distúrbios da comunicação (Fonoaudiologia, Pedagogia-EDAC, Pós em Audiologia). Sendo um centro universitário que fornece diagnóstico, reabilitação clínica e educação a portadores de distúrbios da comunicação, a DERDIC tem possibilidades imensas para servir como laboratório para muitos outros cursos, como Psicologia, Serviço Social, Medicina, Pedagogia, etc.

Os problemas de organização técnica e sobrevivência financeira, dificultaram nossa atuação no sentido de maior integração à vida da Universidade. Administrativamente, temos recebido apoio da alta administração, especialmente da Reitoria. Sentimos chegar a hora de oferecer à comunidade universitária todos os recursos e serviços para que nosso trabalho seja aproveitado com amplitude. A DERDIC é PUC, sente-se orgulhosa disso e quer ser cada vez mais PUC. É a comunidade universitária? Está disposta a incorporar a DERDIC?



Visão da DERDIC, da Avenida Rubem Berta

EVITANDO BOATOS

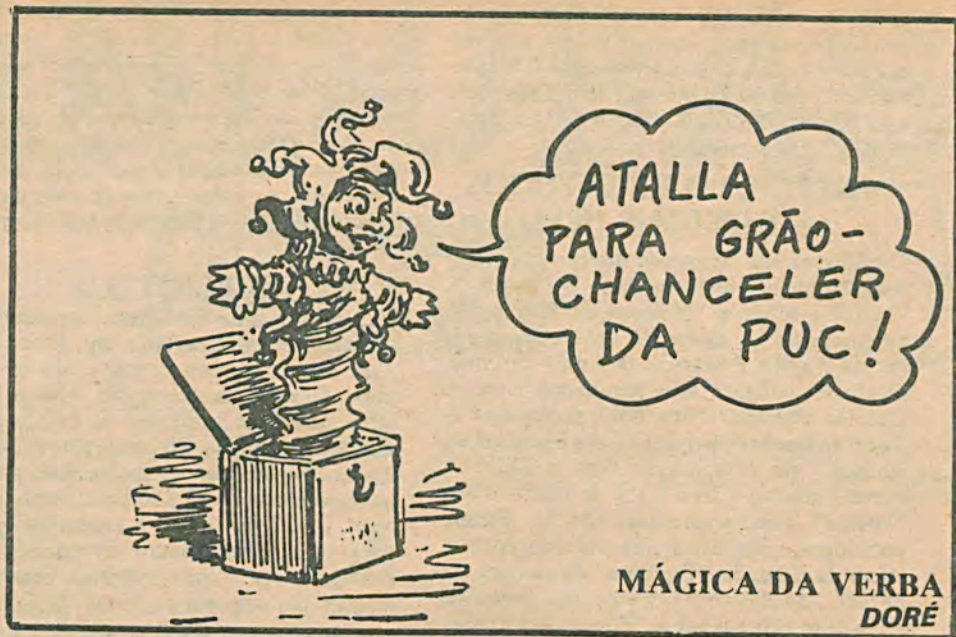
Teve gente com medo que os atrasos de salários se repetissem. Dizia-se recentemente que haveria um atraso de até 5 meses, este ano. Prof. Caropresc esclarece acerca da administração financeira em 1979.

"Em 79, mediante uma contenção e racionalização teremos a possibilidade de absorver o déficit operacional previsto em Cr\$ 40 milhões. Não há razão para se temer a possibilidade de não-pagamento das folhas de pessoal. A situação financeira está sob controle, o déficit de 78 caiu até 2 milhões, graças à venda do imóvel da Av. Paulista, que pertencia à fundação. Estamos com uma dívida devido à construção do Prédio Novo, com o Fundo de Apoio Social da CEF. Em 1976 esta dívida era da ordem de Cr\$ 75 milhões; hoje é de 150. Em 1979 o serviço da dívida será de Cr\$ 60 milhões. Escrevemos ao Gen. Geisel, tentamos entrar em contato com o Gen. Golbery a fim de se tirar a correção monetária de cima da dívida. Os entendimentos não foram adiante devido à mudança de governo. Sem a correção, só pagando juros, a PUC agüentaria a dívida do FAS, a qual contudo não me preocupa, uma vez que o problema é insolúvel por nós. Não acredito que o Governo venha a se apropriar

de nossos terrenos e prédios para saldar a dívida devido ao problema social que acarretaria.

Acho importante que todos os setores pressionem as autoridades quanto a verbas. Estas não representaram pressão sobre nossa liberdade acadêmica. Em 78 pedimos Cr\$ 20 milhões e chegaram Cr\$ 11 milhões. Para 79 foram pedidos Cr\$ 30 milhões, uma vez que o aumento de anuidades — que é de 45% (calculado em 38% mais 70% da diferença entre aquele índice inicial e o dissídio que foi de 48%) — não cobre as despesas. Vai ser marcada uma reunião da Reitoria com o Conselho de Ensino e Pesquisa para se esclarecerem esses pontos. Considero que a elevação de alunos por sala e do contingente geral de alunos é uma solução heróica para os professores e no momento desnecessária. Qualquer aumento de salários, além do índice do dissídio é impossível de imediato. Vamos ver o comportamento do orçamento no 1º semestre para estudar alguma complementação salarial.

O equilíbrio em 1977 se conseguiu graças à intensa contenção. Em 1978 criamos algumas melhorias tipo Creche, a quadra, melhor limpeza, o que trouxe de novo certa dificuldade, que será enfrentada como em 77 embora hoje a situação seja menos apertada. A grande fonte de déficit na PUC é representada pelo Centro de Sorocaba, hospital e faculdade."



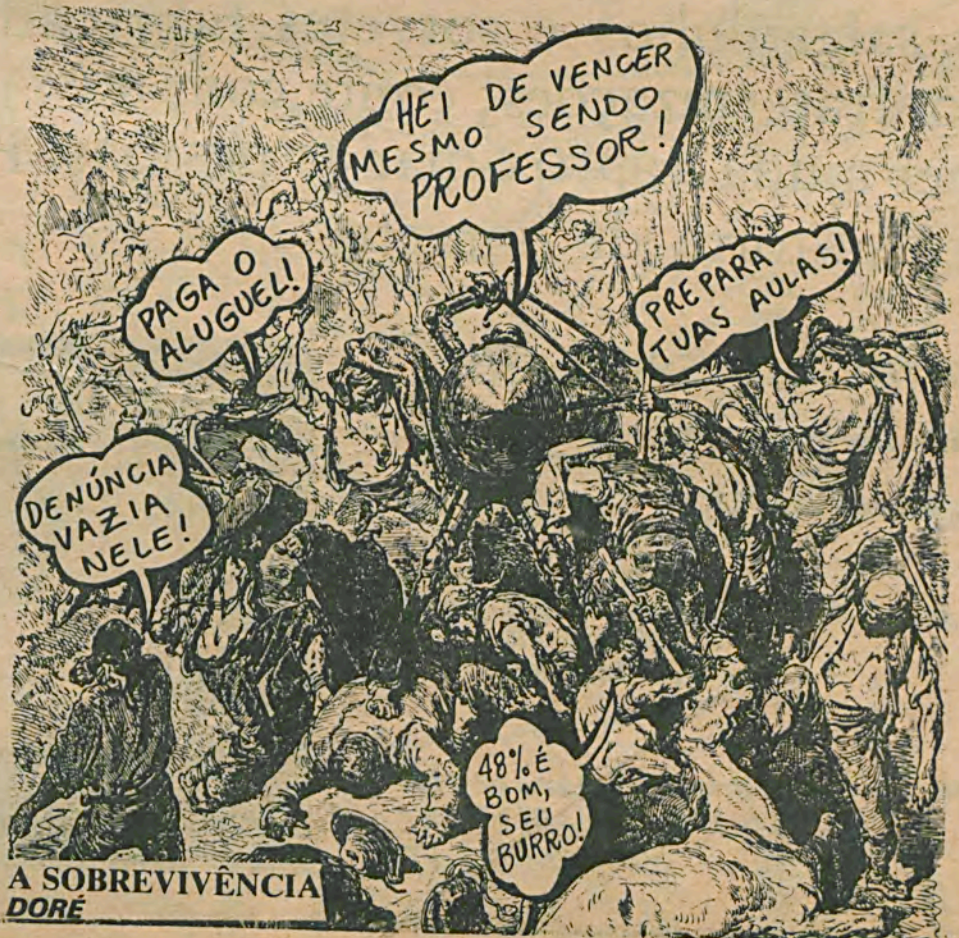
chegar à panificia diversidade caótica — **FRITZ**



INTELLECTUAL «ENGANJADO» **DORÉ**



AMAZÔNIA: BLIP! BLIP! J. BARROS



As grandes **IDEIAS** que revolucionaram a ciência nos últimos cem anos.

Você tem uma idéia clara sobre as Teorias que explicam:

- a relatividade
- os «buracos negros» do universo
- a estrutura da matéria
- a antimatéria
- a cibernetica
- a evolução?

No livro «AS GRANDES IDEIAS...» você encontra uma análise destas teorias, em linguagem simples e profunda.

Preço: Cr\$ 88,00

Nas livrarias junto à PUC, VOZES, ou diretamente na Editora Cidade Nova - R. Pio XII, 274 — Fone : 289-2608 — São Paulo — S.P.

Dra. Cecilia Amaro de Lolio

Médica - CRM — SP 20.274

CLÍNICA GERAL — ADULTOS

2^{as} a 5^{as}. F 14 às 18

Consultório - R. Cons. Furtado, 1201 - Tel.: 279-3214

CONSULTÓRIO:

RESIDÊNCIA:

Av. Pedro de Moraes, 657/25

Tel.: 210-1140



CURTAS

CONHEÇA A DERCIC

A DERCIC (Divisão de Educação e Recuperação dos Distúrbios da Comunicação) vai lançar um jantar beneficente na Discoteca Muleka, dia 19/4 em Alphaville. Os interessados procurem, pelo telefone 71-4330. Esta promoção é parte de ampla campanha de um grupo de amigos do DERCIC: está a ser lançado um folheto contendo a reprodução de uma reportagem do Jornal da Tarde e a forma de participar da campanha.

A DERCIC oferece um curso de imposição de voz, para docentes e alunos da PUC. São 32 aulas, duas por semana, para grupos de 15 pessoas. Quem estiver interessado, comunique no telefone acima, ou no campus Monte Alegre pelos ramais 227, 278 ou 289. Dia e local a combinar.

C.A. DE SERVIÇO SOCIAL

Retificando informação publicada em nosso número anterior, o CA enviou nota em que esclarece: o CASS é a mais recente entidade livre da PUC cuja diretoria — a Chapa Tucumã — é formada por Elaine, Rose, Denise, Stella e Sueli. Seu ponto de honra é o funcionamento aberto e democrático do CA, através das instâncias de deliberação formadas primeiro pela assembleia geral da faculdade, as reuniões abertas e enfim pela diretoria.

TRADUÇÃO INGLÊS/PORTUGUÊS

Estagiários do Curso de Tradução da PUC

realizam traduções Inglês/Português, sob orientação da Profª Rosemary Arrojo. Maiores informações pelo telefone 263-0211 ramal 292, das 14 às 18h ou então dirigir-se à sala 10 do nº 971 da R. Monte Alegre. Falar com a Profª Rosemary.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS (IEE)

O IEE teve seu regimento interno aprovado pela Reitoria. Lança também o Grupo de Trabalho sobre o "Homem de Rua", que sistematizará os dados da OAF (Organização do Auxílio Fraternal), fará uma pesquisa ampla e divulgará seus resultados junto à Opinião Pública. Para Abril promoverá o Tuca Vivo sobre "Lei de Greve e Movimento Sindical" em colaboração com o CEDEC; outro Tuca Vivo será dia 6 de junho sobre "Puebla" com a presença de D. Paulo, sociólogos, jornalistas, coincidindo com o início da unidade "Teologia" da cadeira de PFTHC, do Básico. Começa uma pesquisa no Jardim Miriam sobre "Educação Proletária", no seu aspecto teórico e prático. Partição das necessidades do bairro. O Grupo de Trabalho sobre o Menor teve seu projeto aprovado pela FAPESP, o primeiro da PUC. Também encaminhou seu relatório à FIUC (Fed. Intern. Univ. Cat.).

AFAPUC - PROMOÇÕES

— Dia 24/3 saiu um passeio-integração a Sorocaba. Mais de 100 pessoas lotaram 2 ônibus. Houve um torneio de futebol em homenagem a Jacob Hacklauer, falecido dia 3/3 e antigo aficionado. A seguir houve almoço de confraternização e passeio pela Faculdade e pela cidade.

— Dia 31/3 houve Assembleia para aprovação das contas. Saíram também reivindicações para mais 10% sobre o índice do dissídio para os que ganham até 4 salários, o que dá 65% dos funcionários. "É uma questão de sobrevivência" esclarece o Presidente, Geraldo Silvério. Pretendem também pleitear tempo de estudos para funcionários que estudam e complementação do auxílio-doença.

— Yoga: com aulas ministradas por Edmilson Oliveira da Cruz do SEAE, recém-formado pela Instituto Brasileiro de Yoga. Com estas aulas pretende-se chegar à saúde do corpo e da mente através do gesto, da oferta de energia, purificação dos órgãos internos, relaxamento, meditação e outros exercícios. As aulas serão na sede da AFA-PUC: interessados procurem pelo ramal 208 ou 305.

BIBLIOTECA

Conta com uma Biblioteca circulante para empréstimos de um ano em várias áreas. Ano passado foram feitos 1.843 empréstimos. Procurar na recepção. Quem estiver interessado em gabinetes de estudo individual ou de grupos, ali mesmo na Biblioteca, marque horário na recepção. Ano passado, havia um total de 92.850 livros, embora haja cerca de 12 mil livros à espera de estantes para serem franqueados ao público. Prof. Pentead, vai aí uma indireta. Estas informações são resposta a o leitor W.G.Binns.

TROTE EM SOROCABA DESAPARECE

Pe. Enzo, todo feliz, comunica que o Centro de Medicina está civilizado. Após algumas manifestações de selvageria, os "trotadores" perderam o reboledo. Com seu estilo característico, Enzo escreveu um artigo, "Psicopatologia do trote", em que comenta que o trote pesado entra na linha dos Esquadrões da Morte, da masturbação de rapazolas de boas famílias, dos inseguros que nunca puderam mandar em ninguém. Termina por aconselhar que se fique de olho nesses veteranos para não serem seus clientes mais tarde. Ressalta que não condena o trote amigo que visa à integração.

CURTINHAS

— Cadernos da PUC: trata-se de importante lançamento editorial a cargo das várias faculdades. A FAPESP não deu ajuda ano passado e agora pede revisão dos projetos. Montam-se comissões editoriais das faculdades.

— A URPLAN, Instituto da PUC, publica suas pesquisas em 2 grossos volumes. Deles participaram mais de 80 pesquisadores. Os temas são a construção de moradias na Periferia e a organização e participação da população de baixa renda.

— A Reitoria está solicitando aos alunos que paguem as prestações até o dia 5 de cada mês (embora o prazo seja dia 10) uma vez que se pretende que os pagamentos saiam em dia.

— Dia 2/5 o Depto. de Sociologia dá seqüência a seus seminários, às 17 h. na sala 16 do Prédio Velho. O tema, desenvolvido por Sônia Gradhi será: "Relações de Trabalho e Rotatividade na Construção Civil."

— A Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF) promoveu reunião dias 15, 16, 17/3 sobre Filosofia no Brasil, Ensino de Filosofia no Brasil e para aprovação dos estatutos, e eleição da 1ª Diretoria. A sede provisória será o Instituto Sedes Sapientiae.

— Departamento de Linguística promove o "Colloquium Linguisticum" com o prof. Luiz C. Cagliari da UNICAMP falando sobre "A Nasalização do Português". Dia 20/4, 10h. Informações com o Prof. José Carlos, ramal 292.

— Novo Bispo: fechávamos a edição quando chegou a notícia de que o Pe. Décio Pereira, vigário da Igreja ao lado da PUC e Chanceler da Cúria foi nomeado Bispo, dia 4/4. Nasceu em 1940 no bairro do Belém, ordenou-se em 1967 exercendo as funções de vigário nesta Igreja desde 1971. Felicitades

RECADOS A PORANDUBAS RAMAL 278
FÁTIMA OU ELINE, RAMAL 289 MÁRCIA

PORANDUBAS

R. Monte Alegre 984. Tel: 263-0211/227
Redator: Jorge Cláudio Ribeiro
Desenhos: Rubens, René, Laerte
Diagramação: SYDNEY ESCOBAR
Fotos: Fernando Zanetti
Composição: S/A O Estado de S. Paulo
Impressão: Editora AFA Ltda.
Tiragem: 10.000 exemplares.



DOCEIRA Ofner

SEMPRE JUNTINHO DE VOCÊ

Num piscar de olhos levamos até você tortas de frutas, doces, bombons, bolos, salgadinhos e sorvetes, fabricados com carinho e higiene. Nas confraternizações, conte com nossa presença.

Doceira Ofner ajuda a aproximar as pessoas. Para sua festa não esqueça da deliciosa torta de Sorvete.

Cinco lojas para melhor servi-lo:

Rua Caiubi, nº 215 — Perdizes Tel.: 65-4336

A dois minutos da PUC

MATRIZ: Rua Barata Ribeiro, 48 — 54
Telefones: 256-7237 — 257-0339

Av. Ibirapuera, nº 3103 — loja 18
Indianópolis
Tel.: 543-7266

Rua Augusta, nº 1611, loja 14
Tel.: 288-2182

Av. Brig. Faria Lima nº 1191
loja H 6 — Tel.: 211-9210

